

Do desastre aos múltiplos processos de (des) territorialização: o contexto das inundações em Ururáí, Campos dos Goytacazes (RJ).

Florence Marcolino Barboza (Bolsista Iniciação Científica – FAPERJ), Marco Antonio Sampaio Malagoli (orientador).
Florence_mb27@hotmail.com

Departamento de Geografia de Campos/UFF – Polo Universitário de Campos dos Goytacazes/
Núcleo de Pesquisa e Estudos SocioAmbientais- NESAs.

Palavras Chave: Desastre, (Des)territorialização e Ururáí

Introdução:

Entre os meses de novembro e dezembro de 2008 Campos dos Goytacazes recebeu um alto índice pluviométrico desencadeando intensas inundações, afetando severamente a cidade, com destaque para o bairro de Ururáí, que leva o mesmo nome do rio que o atravessa (MALAGODI e SIQUEIRA, 2002). Neste período, aproximadamente oito mil pessoas ficaram desabrigadas/desalojadas no bairro devido às intensas chuvas, sendo alojadas em abrigos temporários.

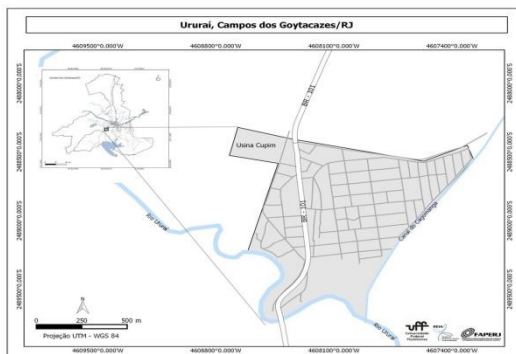


Figura1: localização da área de estudo, Ururáí-Campos dos Goytacazes (RJ).
Elaboração: Alex Lemos/NESA.

Este artigo tem como objetivo apresentar uma pesquisa iniciada recentemente que buscará analisar e discutir em que medidas famílias que sofrem com as inundações estão vivenciando os múltiplos processos de (des)territorialização, tal como definido em Haesbaert (2007). Compreendemos as inundações em específico de Ururáí, a partir do referencial teórico da Sociologia dos Desastres que considera o desastre como

um fenômeno também social e não somente natural, e da continuidade as pesquisas realizadas sobre enchentes em Campos dos Goytacazes pelo Núcleo de Pesquisa e Estudo Socioambientais (NESAs). Busca-se, diante disto, analisar como as famílias (des)territorializadas após perderem suas moradias, enfrentam o desafio de (re) construir suas vidas em novos territórios. A relevância deste estudo está em sua busca por compreender a construção social de enfrentamento das famílias desabrigadas/desalojadas frente aos desastres relacionados à água, a partir, de experiências vividas no “dia do desastre” e no período pós desastre, uma vez que estas podem influenciar na dinâmica de enfrentamento de novos acontecimentos e no aumento ou ampliação da resiliência dos grupos sociais atingidos, elevando-se o teor democrático e de cidadania destas ações, fortalecendo-as. A partir de nosso principal referencial na reflexão sobre território, o autor Rogério Haesbaert, propomos uma reflexão sobre os possíveis processos geográficos de *des-re-territorialização* que os desastres revelam. A metodologia que será adotada inclui ferramentas tais como o levantamento bibliográfico e documental, registros fotográficos, filmagens e entrevistas que irão colaborar com a produção de material audiovisual, solidariamente ao banco de dados do NESAs. De modo mais amplo, busca-se contribuir, com um resgate histórico e cultural do bairro de maneira a colaborar com um melhor entendimento do enfrentamento das famílias desabrigadas/desalojadas pelas inundações.

Resultado e Discussão:

Quando intensas chuvas favorecem inundações, tem-se a hipótese de que as famílias desabrigadas/desalojadas sofrem com o processo de (des) territorialização, ou são (des)territorializadas pelo poder público, ao se alegar que as mesmas estão em “áreas de risco”. As famílias atingidas pelas inundações em Ururá foram deslocadas para escolas do bairro, que foram utilizadas em um primeiro momento como abrigos temporários, e posteriormente foram transferidas para moradias do programa habitacional do governo (o “*Morar Feliz*”) (MALAGODI, 2014).

Algumas das famílias deslocadas tiveram suas casas demolidas para se evitar novas ocupações, outras ainda foram retiradas do bairro em função da sua recente urbanização (o Programa “Bairro Legal”).



Foto 1: casas sendo demolidas.
Marco Malagoli, 2013. Acervo NESA

Aparentemente, pelo discurso técnico, as famílias são deslocadas visando à segurança e o bem estar da população das “áreas de risco”. Em contrapartida, alguns dados preliminares apontam que jogos políticos vêm modulando os deslocamentos involuntários da população. Desse modo, tem-se por hipótese que os processos de desterritorialização promovidos pelo Estado em função das políticas públicas habitacionais (envolvendo remoções) resulta na produção de situações de injustiça ambiental, que acabam por vulnerabilizar as famílias atingidas pelas inundações em Ururá. O fato é que, as

providências em favor da vida daqueles cuja territorialidade foi ameaçada pelo Estado parecem não ser suficientes.

Considerações:

A partir de futuras análises, interessa-nos, portanto, esclarecer como tais famílias vivenciaram tais experiências. Contribuiremos, assim para melhor compreender a questão social das enchentes em Ururá. Partimos de outras pesquisas nas quais, após o desastre, as famílias envolvidas passam por uma perda concreta e o rompimento de laços afetivos e simbólicos estabelecidos em seu território, tornando-os vulneráveis a novos acontecimentos e dificultando a (re) construção de suas vidas em novos lugares. Nesse sentido, os desastres revelam ainda as relações sociais, políticas e a capacidade de resiliência dos grupos sociais envolvidos. Considera-se ainda como hipótese, que os desastres mobilizam o grande desafio das complexas territorializações contemporâneas, nas quais as famílias passam por múltiplos territórios até construir suas vidas.

Referencias:

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

MALAGODI, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. da M. Enchentes, vulnerabilidade e remoções em Campos dos Goytacazes. **Anais do VI Encontro Nacional da ANPPAS**. Belém, 2012.

MALAGODI, M. A. S. **Saber ambiental, esfera pública e ordenamento territorial**. Projeto de pesquisa financiado pela FAPERJ. Processo: E-26/111.480/2014.

VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.). **Sociologia dos Desastres** - Construção, interfaces e perspectivas no Brasil – Vol. I. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

Agradecimentos:

Agradeço a FAPERJ, pela concessão da Bolsa nível Iniciação Científica que irá contribuir para execução desta pesquisa. Ao Núcleo de Pesquisa e Estudos Socioambientais (NESA) e ao meu orientador Marco Malagoli pela oportunidade e troca de saberes que muito contribui com meu aprendizado e a minha formação.